



Iniciativa Cidades Circulares

Rede Circular para a Construção Sustentável

**Plano Local de Ação Integrado para a
Economia Circular no Setor do Urbanismo e
da Construção**

Município da Ribeira Brava

Abril de 2023

Conteúdo

1. Introdução	3
1.1. Visão	4
1.2. Missão	4
1.3. Metodologia	4
2. Território, População e Atividade Económica	6
2.1. Território	6
Ocupação do Solo.....	7
2.2. População	11
Povoamento.....	15
2.3. Atividade Económica	16
Principais Atividades Económicas	19
Setor da Construção	20
3. Gestão de Resíduos e Economia Circular na Ribeira Brava	22
4. Visão Estratégica.....	26
5. Medidas e Linhas de Ação	29
6. Conclusões	31
Anexo I – Fichas de Ação	33

1. Introdução

O Município da Ribeira Brava integra, desde 2021, o Projeto “Rede Circular para a Construção Sustentável (R2CS)”. A R2CS constitui uma das quatro Redes de Cidades Circulares, orientada para o tema prioritário Urbanismo e Construção e, complementarmente, para os temas transversais Descarbonização e Contratação Pública. A Rede é liderada pela Empresa Municipal Gaiaurb - Urbanismo e Habitação e conta com os municípios-parceiros de Mangualde, Mértola, Oliveira de Frades, Ponta Delgada, Ponte de Sor, Ribeira Brava e Valongo.

O Projeto R2CS encontra-se na segunda fase, dedicada à realização atividades, a nível interurbano e local, visando a coprodução dos Planos Locais de Ação Integrada (PLAI).

O presente documento constitui assim o Plano de Ação Local Integrado (PLAI) da Ribeira Brava, correspondendo ao documento que define as estratégias e ações locais a implementar e desenvolver como resposta aos desafios identificados durante o trabalho em rede para a promoção da economia circular no setor da construção.

Aponta-se como desígnio global a promoção do concelho da Ribeira Brava como um modelo no domínio da gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (RCD), em linha com a promoção do desenvolvimento socioeconómico, a qualificação ambiental e a promoção da qualidade de vida da população residente e visitantes, beneficiando de uma gestão mais equilibrada e do melhor aproveitamento do património construído (edificado e infraestruturas) em consonância com a capacidade e aptidão do meio.

Apresentam-se ainda como propósitos, a estimulação de soluções de construção e de planeamento urbanístico mais sustentáveis, ajustadas às características biofísicas e climáticas do território.

O urbanismo merece especial destaque pela forma como o município pretende se adaptar às novas tecnologias e agilizar processos, atingir um planeamento urbano mais sustentável, desenvolver e implementar políticas públicas consequentes e capacitar o território para a transição para a economia mais sustentável e circular.

A aposta crescente na economia circular e na sustentabilidade, em geral, esteve na base dos projetos e planos desenvolvidos no município nos últimos anos, nomeadamente no âmbito da regeneração urbana, na qualificação das áreas urbanas, através da regeneração e valorização urbanística e da promoção da maior eficiência energética e da mobilidade sustentável.

Cientes dos impactos e das oportunidades que o sector de construção apresenta no concelho da Ribeira Brava, o objetivo principal do presente Plano de Ação é promover uma cultura de boas práticas ambientais no domínio da economia circular e da sustentabilidade e fomentar a implementação de ações que estimulem a alteração de comportamentos da comunidade local e das demais entidades envolvidas no sector da construção e do urbanismo.

1.1. Visão

O Presente Plano de Ação assenta numa visão com vista a:

PROMOVER A ECONOMIA CIRCULAR E CONSTITUIR UMA REFERÊNCIA PELAS MELHORES PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO E DO URBANISMO, NUMA PERSPETIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

1.2. Missão

Decorrente da visão, o Plano propõe, como missão, dinamizar medidas e políticas para a construção circular e sustentável, atuando de forma integrada nas suas diversas vertentes, nos termos das suas competências e atribuições, para preservar e melhorar a qualidade do ambiente; proteger a saúde humana; assegurar uma utilização eficiente e racional dos recursos; reduzir a pressão sobre os recursos naturais; reduzir a dependência de recursos importados; proporcionar novas oportunidades económicas; e contribuir para a competitividade a longo prazo.

Em suma, trata-se de promover um quadro de sustentabilidade ambiental, económica e social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento e competitividade da Região através da construção e do urbanismo circular e sustentável.

1.3. Metodologia

O PLAI foi desenvolvido com base nas linhas de orientação propostas no Guia Orientador para a Elaboração do Plano de Ação Integrado (maio de 2022) produzido no âmbito do projeto R2CS, com as adaptações ao contexto do Município da Ribeira Brava.

O PLAI incorpora os seguintes componentes estruturais:

- Território, população e atividade económica. É disponibilizado o enquadramento territorial do Município da Ribeira Brava, da respetiva população e da atividade económica, com particular destaque para o setor da construção, permitindo contextualizar e compreender as medidas e linhas de ação propostas .
- Gestão de Resíduos e Economia Circular na Ribeira Brava. É apresentado, de modo genérico, o modelo de gestão de resíduos vigente no município e na Região Autónoma da Madeira (dado o contexto de proximidade entre os diversos concelhos da Região), bem como os principais constrangimentos existentes na gestão de resíduos no contexto insular. Identifica-se uma empresa do setor da construção, sediada no concelho da Ribeira Brava, com princípios circulares.
- Visão estratégica para a gestão de RCD na Ribeira Brava.

- Medidas e Linhas de Ação. São apresentadas iniciativas, políticas e ações, que visam a promoção da economia circular e sustentabilidade no sector da construção e do urbanismo.
- Ações a desenvolver.
- Conclusões.

2. Território, População e Atividade Económica

O presente capítulo integra o enquadramento territorial do Município da Ribeira Brava, a caracterização da população e da respetiva atividade económica, com particular destaque para o setor da construção, permitindo contextualizar e compreender as medidas e linhas de ação posteriormente sugeridas.

Salienta-se, desde logo, que a Ribeira Brava constitui um território com uma grande dispersão populacional, com uma geografia e orografia que dificultam a mobilidade, num contexto insular, onde os recursos e as opções para a promoção da circularidade e da sustentabilidade são limitadas.

2.1. Território

O Município de Ribeira Brava localiza-se na zona sudoeste da Ilha da Madeira, sendo limitado, a Norte, pelo Município de S. Vicente, a Este, pelo Município de Câmara de Lobos, a Oeste pelo Município de Ponta do Sol. O Município é banhado, a Sul, pelo Oceano Atlântico.



Figura 1 - Enquadramento geográfico do Município de Ribeira Brava

O município distribui-se por quatro freguesias: Serra de Água, Tabua, Ribeira Brava e Campanário, numa área total de cerca de 65 km².

O território de Ribeira Brava desenvolve-se maioritariamente junto à faixa litoral sendo que a Freguesia da Serra de Água constitui o território mais afastado da orla marítima.



Figura 2 – Município de Ribeira Brava e respetivas Freguesias

Ocupação do Solo

As características geomorfológicas determinam de forma relevante a ocupação humana no território. O território de Ribeira Brava evidencia uma elevada ocupação florestal, comparativamente a outros usos.

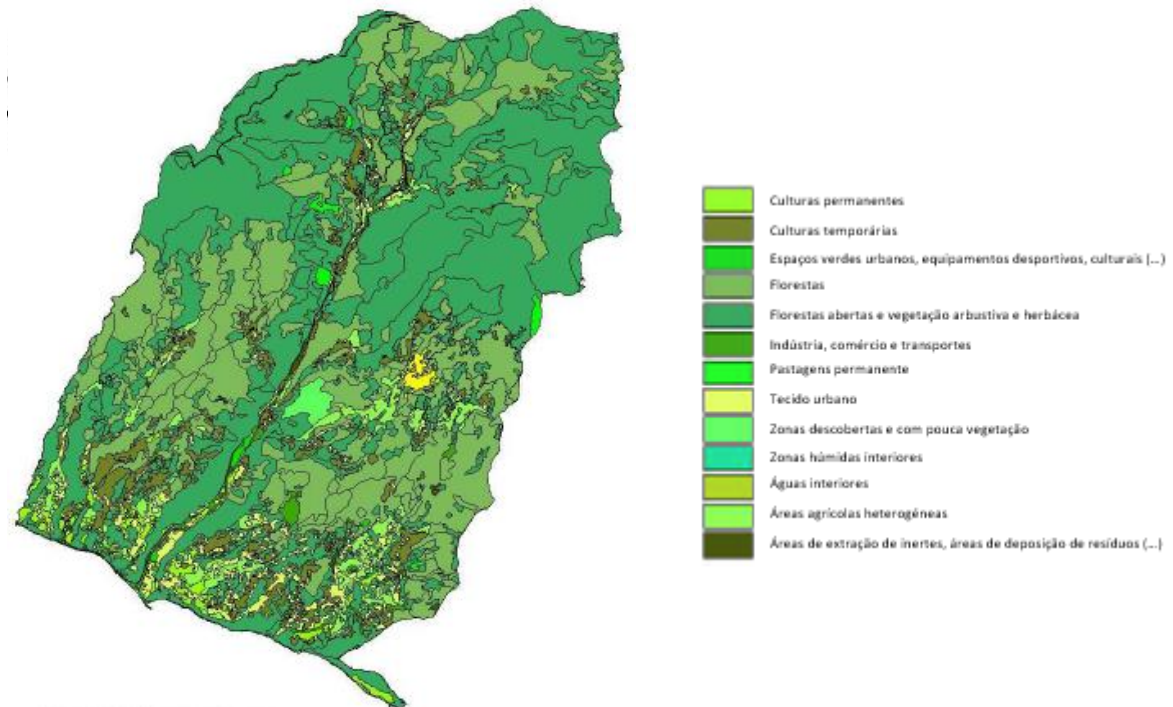


Figura 3 – Ocupação do solo

As “florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea” constituem cerca de 51% da ocupação de todo o território, seguido das “florestas” que constituem cerca de 30,7%.

Atendendo a uma caracterização mais simples, o território de Ribeira Brava pode ser classificado em dois tipos:

- Solo Rural;
- Solo Urbano.

Esta caracterização traduz, de forma sintética, o destino básico dos terrenos. O solo urbano compreende os terrenos urbanizados e a urbanizar. Esta tipologia representa menos de 2,5% do solo total do Município (cerca de 158 hectares), que se revela, deste modo, predominantemente rural.

O **solo urbano** desenvolve-se sobretudo ao longo dos eixos:

- Eixo este-oeste, designadamente na ligação aos concelhos vizinhos da costa sul (desenvolvendo-se paralelamente à costa);
- Eixo norte-sul (na ligação da vila da Ribeira Brava ao Município de São Vicente).

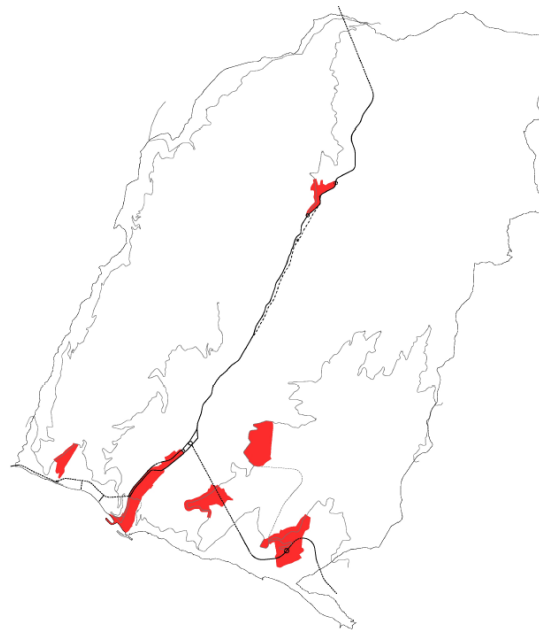


Figura 3 - Perímetros urbanos existentes

O **solo urbano** evidencia-se de forma mais notória nas zonas mais próximas à costa, nomeadamente, nas Freguesia de Tabua, Ribeira Brava e Campanário. O mesmo visa a ocupação urbana e a disponibilização dos serviços necessários à garantia de qualidade de vida da população.

Consequente da morfologia existente, a ocupação urbana do Município de Ribeira Brava desenvolve-se - além da ocupação da faixa litoral - ao longo do vale da Ribeira Brava. Neste caso, dependente da orografia e da exposição solar mais favorável.

A ocupação urbana é maioritariamente dispersa e constituída por edifícios isolados de pequenas dimensões ao longo das vias.

Na categoria de solo urbano existem diferentes tipos de classificação de áreas, designadamente: **(a) espaços centrais**, **(b) espaços de uso especial**, **(c) espaços verdes**, **(d) espaços residenciais**, e **(e) espaços de atividade económicas**.

- a) Os espaços centrais compreendem a área da matriz histórica do Centro da Ribeira Brava – o núcleo central do município. É uma área com articulação entre o espaço público e o património edificado, reforçado pela existência de serviços, espaços comerciais e serviços, assim como, habitação e espaços de utilização coletiva. Os centros urbanos definem-se quer ao nível dos espaços centrais como constituem áreas classificadas como espaços de uso especial ou espaços verdes.
- b) Os espaços de uso especial incluem zonas destinadas a equipamentos e usos turísticos, nomeadamente equipamentos de utilização coletiva e comércios de dimensões superiores. Os espaços turísticos são constituídos pela área da marginal e da praia da Ribeira Brava.
- c) Os espaços verdes compreendem áreas do solo urbano cuja função ultrapassa o equilíbrio ecológico e contribuem também para as atividades ao ar livre de recreio e lazer.

Na Ribeira Brava são classificados como espaços verdes o leito e margens da linha de água, o jardim do Solar dos Herédias/Câmara Municipal e uma zona a norte do centro da vila.

O solo urbano expande-se, no caso da Ribeira Brava e de Tabua, para norte ao longo dos vales das ribeiras. Nos casos de Apresentação, São João, Campanário e Serra de Água a mesma efetua-se ao longo das vias principais e/ou de forma radial.

- d) Os espaços residenciais subdividem-se em duas tipologias – densidade 1 e densidade 2. Os espaços residenciais de densidade 2 correspondem às áreas que comportam e/ou podem comportar edificações com maior índice de utilização e número de pisos. Os Espaços Residenciais de Densidade 1 são as áreas de solo urbano com menor edificabilidade prevista. Os espaços residenciais ocupam grande parte do solo urbano, representando cerca de 64,6% do mesmo.
- e) As áreas destinadas a atividades económicas com características de organização do espaço urbano diferencial são qualificadas como Espaços de Atividades Económicas. Inclui-se nesta tipologia o Parque Empresarial da Ribeira Brava e alguns terrenos na sua envolvente.

O **solo rural** representa cerca de 97,6% do Município da Ribeira Brava, subdividido em espaços florestais e espaços agrícolas.

O principal, e praticamente único tecido urbano contínuo existente apresenta-se na zona da Vila da Ribeira Brava demonstrando ser um concelho maioritariamente rural, embora constitua o 6º Centro Urbano da RAM. Existem outros núcleos que exercem relevante influência na sua envolvente, designadamente o centro das diferentes freguesias.

O solo rural subdivide-se em espaços naturais, dos quais fazem parte o Parque Natural da Madeira – cerca de 76% da área – e zonas especiais de proteção da rede natura 2000 – ocupando cerca de 3,5%. Estas áreas de maior valor natural são reconhecidas pelo seu valor ecológico e paisagístico.

São também classificadas como espaços naturais as arribas e escarpas com declives superiores a 45°, e como subcategorias dos espaços naturais as praias e zonas de formação vegetal espontânea.

As zonas do miradouro da Encumeada, do miradouro da Cruz, da praia do Calhau da Lapa e da Fajã dos Padres são classificadas como espaços culturais, os quais se pretendem manter como zonas de fruição e dinamização turística.

Existem ainda os espaços de ocupação turística que compreendem zonas de implementação de estruturas relacionadas com a atividade turística e empreendimentos nesse âmbito.

Os Espaços Florestais abrangem áreas de maiores declives e as zonas de cumeadas mais importantes, quando ocupadas por formações vegetais e/ou matos. Encontram-se, principalmente, a cotas superiores a 600 m de altitude e ao longo dos vales, em cotas mais baixas. A preservação e manutenção destas áreas é de especial importância.

Os espaços com aptidão agrícola, independentemente do seu uso atual, são classificados como espaços agrícolas. A prática agrícola também tem lugar em solos qualificados com Espaços de Edificação Dispersa, não obstante constituem fins com especial importância face à sua mais-valia económica e paisagística, assim como são benéficas no controlo da propagação de espécies infestantes e na redução da erosão, entre outros.

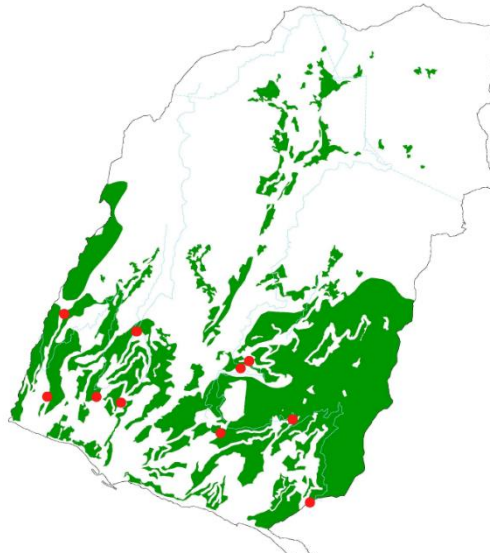


Figura 4 - Espaços agrícolas e de apoio à exploração

Existem também espaços afetos a atividades industriais, mas com pouca representatividade.

Os equipamentos existentes são qualificados como Espaços de Equipamentos e Outras Estruturas, sendo a área de maior expressão - cerca de 11 ha - correspondente ao Centro Desportivo da Madeira

Existem também 4 zonas classificadas como aglomerados rurais, embora apresentem algumas características urbanas: designadamente: N.ª Sra.ª da Conceição (proximidade de Ribeira Brava), Sítio da Apresentação, Sítio da Adega (Campanário) e Sítio do Moleiro (Serra de Água), assim como áreas de edificação dispersa que ocupam cerca de 10,7% do solo classificado como rural.



Figura 5 - Exemplo de aglomerados existentes

2.2. População

De acordo com os Censos da população realizados em 2011, a Região Autónoma da Madeira (RAM) possui um número total de residentes de 267.785 habitantes, sendo que o Município de Ribeira Brava possui um total de 13.375 habitantes, aproximadamente 5% da população total da RAM.

Os dados provisórios dos censos realizados em 2021, indicam que a população residente na RAM é de 250.744 habitantes, dos quais 12.680 habitam na Ribeira Brava (cerca de 5% da população da RAM).

A população distribui-se pelas quatro freguesias que constituem o Município, nomeadamente: a Freguesia de Serra de Água, a Freguesia de Tabua, a Freguesia de Ribeira Brava e a Freguesia de Campanário. A sua localização a nível municipal, assim como a população residente em cada freguesia é:

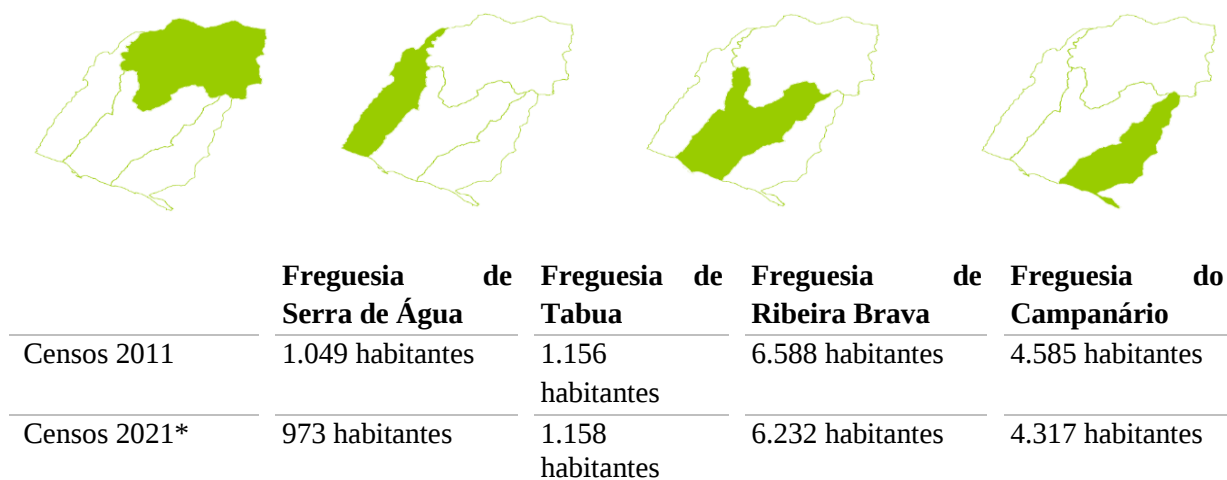


Figura 6 - Freguesias do Município de Ribeira Brava e n.º de residentes, INE 2011

A Freguesia com maior número de habitantes corresponde à homónima do Município – a Freguesia de Ribeira Brava - com cerca 49% da população total do Município.

A Freguesia de Serra da Água possui o menor número de habitantes, representando cerca de 7% da população do Município.

O número de residentes em Ribeira Brava tem diminuído ao longo tempo acompanhando a tendência geral dos restantes municípios rurais da Região Autónoma da Madeira.

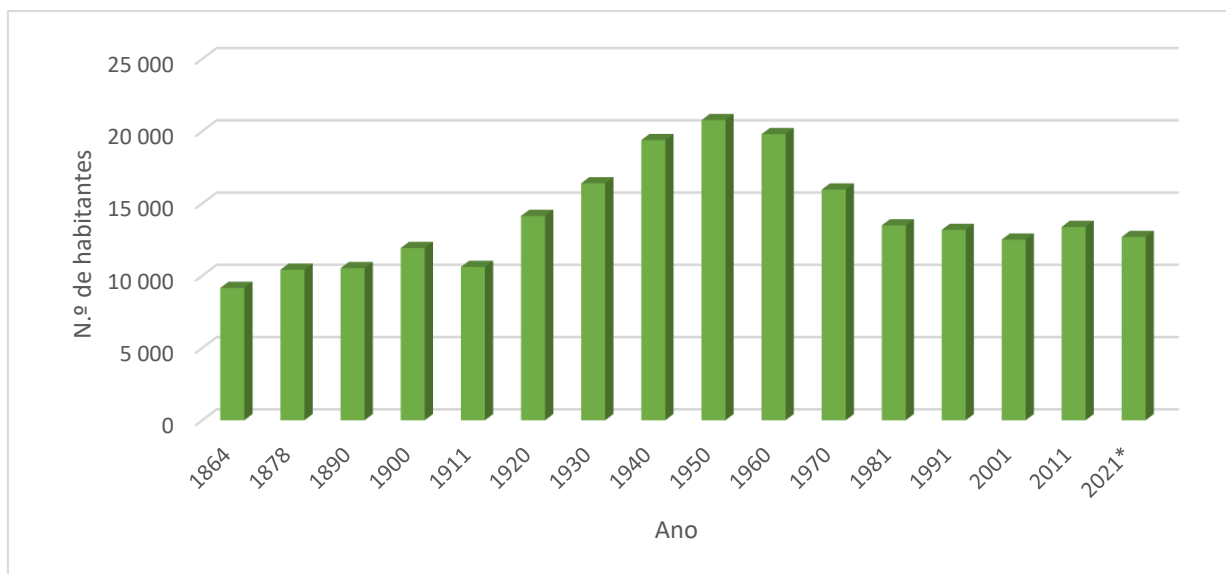


Figura 7 - Evolução da População Residente no Município de Ribeira Brava

A taxa de crescimento efetivo evidencia uma variação negativa em todo o período de amostragem, indo de encontro aos dados decrescentes da população residente:

Tabela 1 - Taxa de crescimento efetivo (%) no Município de Ribeira Brava

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
-1,83	-0,86	-1,1	-1,32	-1,31	-0,87	-0,14

Este decréscimo poderá ser resultante de um conjunto de fatores relacionados com o aumento do índice de envelhecimento, o decréscimo da natalidade e a variação do saldo migratório, entre outros fatores.

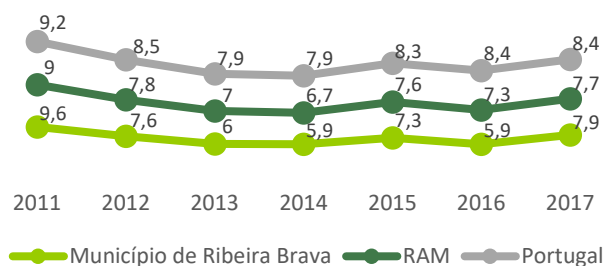


Figura 8 - Taxa bruta de natalidade (‰)

No Município de Ribeira Brava a taxa de natalidade segue a tendência da Região. Embora tenha havido um decréscimo forte nos anos de 2011 a 2014, em 2015 há um incremento, também evidenciado em 2017.

O aumento da taxa de natalidade dos últimos anos, apesar do indicador de 2016 para o Município de Ribeira Brava, contribui de forma direta para o aumento da taxa de crescimento.

Do mesmo modo, embora contribua de forma inversa, verifica-se que índice de envelhecimento revela um aumento progressivo, ano após ano, quer no Município de Ribeira Brava, como a nível Nacional.

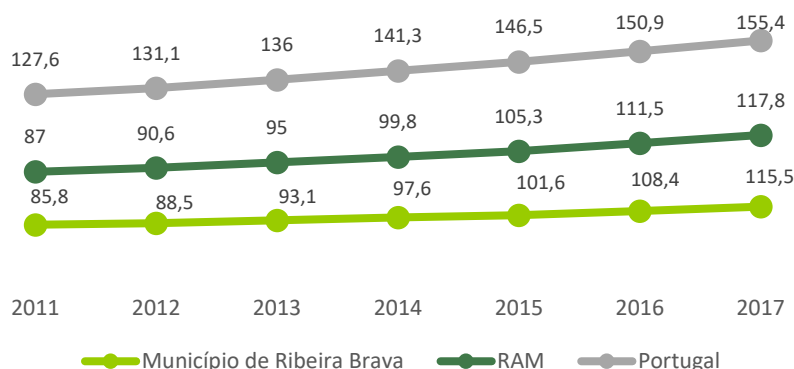


Figura 9 – Índice de envelhecimento (N.º)

Também a taxa de crescimento migratório tem aumentado, tendo atingido, inclusive, valores positivos em 2017. Este resultado revela que o saldo migratório tem contribuído para o crescimento da população, compensando o decréscimo da mesma, fruto do envelhecimento.

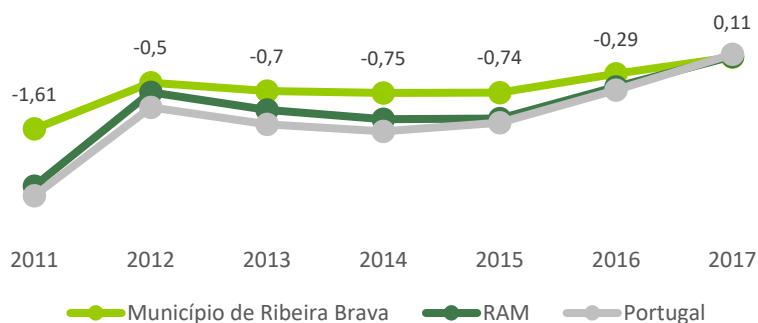


Figura 10 – Taxa de crescimento migratório (%)

Apesar destes resultados, os indicadores revelam em praticamente todos os casos, valores inferiores aos atingidos a nível nacional.

A tendência de envelhecimento demográfico resultante da queda da natalidade, do aumento da longevidade e de saldos migratórios negativos tem também provocado o decréscimo no número de jovens.

No que compreende a distribuição da população por grupo etário a mesma pode ser caracterizada pela divisão seguinte, de acordo com os dados de 2017 do INE:

			
0-14	15 – 24	25 – 64	> 65
anos	anos	anos	anos
1.824	1.764	6.734	2.106
indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos
15%	14%	54%	17%

Verifica-se que a maioria da população (54%) se encontra em idade ativa, entre os 25 e os 64 anos de idade, existindo um total de 6.734 indivíduos inseridos neste grupo.

Os restantes grupos etários possuem representatividades muito próximas relativamente à população total do Município.

O segundo grupo etário com maior representatividade corresponde à população com mais de 65 anos que representa 17% da população.

A população com menos de 14 anos, num total de 1.824 indivíduos e correspondente a 15% da população total do Município, constitui o 3º grupo etário com maior representatividade em Ribeira Brava.

A população entre os 15 e os 24 anos é o grupo com menor expressão (14%), caracterizado por 1.764 indivíduos.

Comparando os dados de 2011 verifica-se que, de uma forma geral, a distribuição da população não se alterou de forma drástica. Não obstante, em 2011 o 2º grupo com maior representatividade (18%) era o dos indivíduos com menos de 14 anos. Atualmente esta posição é ocupada pela população com mais de 65 anos, fruto do incremento do índice de envelhecimento.

Tabela 2 - Taxa de variação (%) do número de indivíduos por faixa etária.

Faixa etária:	0-14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	> 65 anos	Total
2011	2.372	1.693	7.045	2.034	13.144
2017	1.824	1.764	6.734	2.106	12.428
Taxa de variação	-23%	4%	-4%	4%	-5%

Estes resultados revelam que apesar das pequenas alterações sofridas, o Município de Ribeira Brava se encontra pouco envelhecido e é composto, maioritariamente por indivíduos em idade ativa.

Ao nível da caracterização por género é possível verificar que a população do Município de Ribeira Brava é maioritariamente constituída por Mulheres, uma vez que 55% da população total é do género feminino.

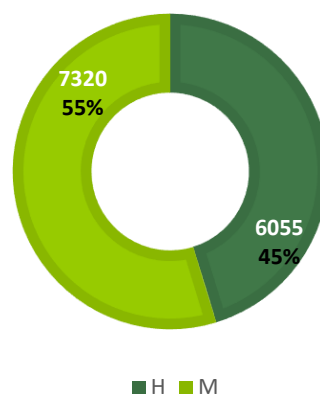


Figura 11 - Representatividade de género no Município de Ribeira Brava

O Município é caracterizado por uma população residente com cerca de 6.055 indivíduos do sexo masculino, representando 45% da população total.

Povoamento

A ocupação do terreno revela diferenças relevantes entre a zona norte e a zona sul do Município.

A densidade populacional é superior na zona mais próxima da costa - zona mais a sul do Município - em grande parte motivada por melhores condições térmicas, melhores condições de edificabilidade, face à existência de menores declives, e existência de equipamentos e melhores acessibilidade.

O povoamento apresenta-se disperso, normalmente direccionado ou para a paisagem acidentada, ou para o mar. Os núcleos com maior densidade fixam-se ao longo da costa, nos quais raramente há ocupação concentrada.

Estas situações ocorrem apenas fruto de núcleos antigos e devido às condições geográficas e funcionais, tais como na foz de Tabua e Ribeira Brava. A ocupação estende-se também para o interior, ao longo do vale da Ribeira Brava.

A ocupação urbana desenvolve-se praticamente na totalidade abaixo dos 600 m de altitude, sendo bastante dispersa e constituída por edifícios isolados de pequenas dimensões ao longo das vias, com um ou dois pisos.

A grande parte dos edifícios destinam-se à habitação sendo que os edificadros de uso comercial (ou industrial) estão, em muitos dos casos, anexos ou nas proximidades das habitações.

O tecido urbano de Ribeira Brava pode ser caracterizado pela seguinte dispersão:

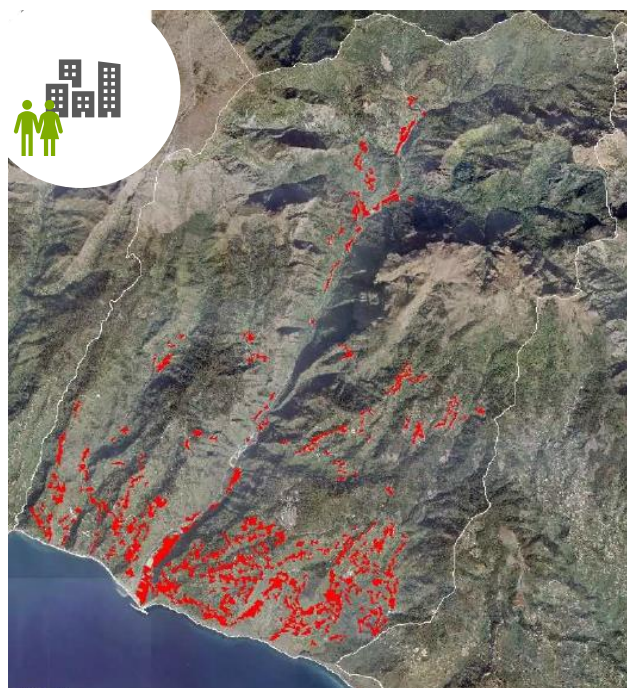


Figura 12 - Tecido urbano do Município de Ribeira Brava

2.3. Atividade Económica

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, em 2017, a taxa de atividade da Região Autónoma da Madeira era de 61,1%, superior à média nacional de 59%.

O Município de Ribeira Brava apresenta, no que compreende a população em idade ativa e empregada, a seguinte distribuição:

Tabela 3 - Caracterização (N.º e %) da população: ativa (empregada e desempregada) e inativa, INE 2011

População total 13.375 indivíduos	População Ativa 5.671 indivíduos 42%	População empregada 4.937 indivíduos 37 %
		População desempregada 734 indivíduos 5%
	População Inativa 7.704 indivíduos 58%	-

Face à distância temporal destes dados, consideram-se também dados estatísticos mais recente, nomeadamente de 2017, para a Região Autónoma da Madeira, de forma a retratar de modo mais realista a situação atual.

Os dados demonstram uma taxa de desemprego na RAM de 10,4 %, superior à taxa de 8,8% do Continente.

A análise do ganho médio mensal, em euros, por localização geográfica permite identificar um valor ligeiramente inferior à média nacional, na RAM, e bastante inferior no Município de Ribeira Brava:

Tabela 4 - Ganho médio mensal (€) por localização geográfica, 2015

Localização	Ganho médio mensal (€)
Portugal	1094,1
Continente	1096,7
Região Autónoma da Madeira	1058,3
Ribeira Brava	815,2

Apesar do valor ser inferior ao da RAM e de Portugal, este indicador regista um aumento face a 2013.

Os Município com ganho médio mensal mais elevado na RAM são, designadamente: Funchal (1092,8 €), seguido do Município da Calheta (1151,5 €).

A análise do poder de compra na Região Autónoma da Madeira tem evoluído de forma positiva:

Tabela 5 - Poder de Compra per capita na RAM

2011	2013	2015	Taxa de variação
85,05	86,01	86,86	2,13%

Efetuando a análise do poder de compra a nível Municipal, na RAM, demonstram-se os seguintes resultados:

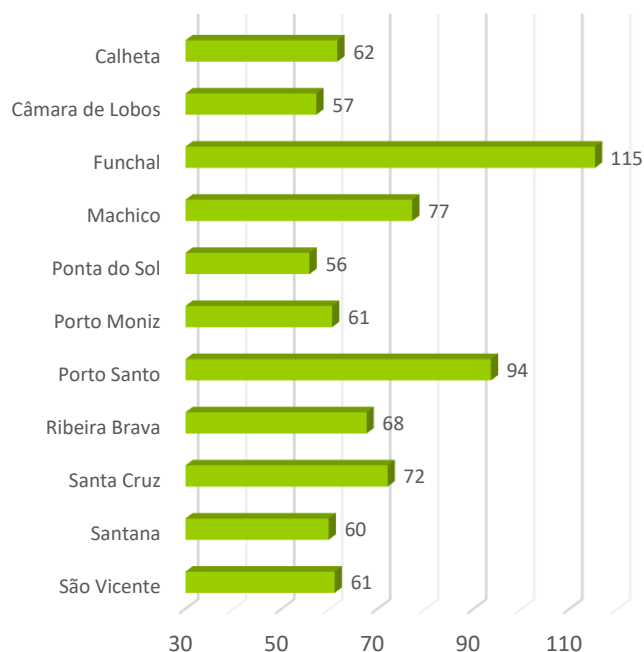


Figura 13 – Poder de Compra per capita nos Municípios da RAM

O Município do Funchal destaca-se, sendo o Município com maior poder de compra per capita da RAM, superando inclusive o poder de compra nacional. O segundo Município com maior poder de compra per capita é Machico, seguindo-se do Município de Santa Cruz.

O Município de Ribeira Brava apresenta um poder de compra per capita de 68.

O Produto Interno Bruto Nacional e da Região Autónoma da Madeira é, respetivamente:

Tabela 6 – Produto Interno Bruto (milhares de euros), 2015

Âmbito geográfico	PIB
Portugal	179.809.061
Região Autónoma da Madeira	4.237.070

O PIB da Região Autónoma da Madeira corresponde a 2% do PIB nacional. Deste modo importa efetuar uma análise às principais atividades económicas da região e a sua representatividade no território.

Principais Atividades Económicas

A Região Autónoma da Madeira evidencia, no que diz respeito às atividades económicas, a predominância do setor terciário, representando 77,92% do volume de negócios total.

O setor secundário constitui o segundo setor com maior representatividade, correspondendo a 20,44% do volume total de negócios, seguido do setor primário que representa 1,63% do volume total de negócios da RAM.

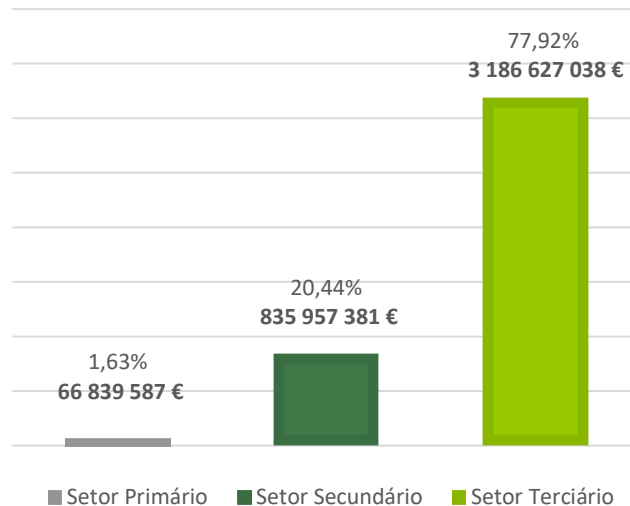


Figura 14 - Volume de negócios e população empregue por setor de atividade, INE 2016

No setor primário, a pesca tem pouca representatividade sendo, a maioria do volume de negócios, associado à agricultura que beneficia da diversidade de condições climáticas proporcionadas pelas diferenças de altitude.

A modernização da agricultura é dificultada pelo relevo acidentado, pela fragmentação da propriedade e pela distribuição da água irregular.

No setor secundário predomina a construção civil.

No setor terciário, destaca-se o turismo, quer pela importância ao nível do emprego, quer pelo crescimento que potencia noutros subsectores, nomeadamente, na hotelaria, nos transportes, no comércio e no artesanato.

A figura infra ilustra a representatividade das atividades económicas, em cada um dos setores de atividade.

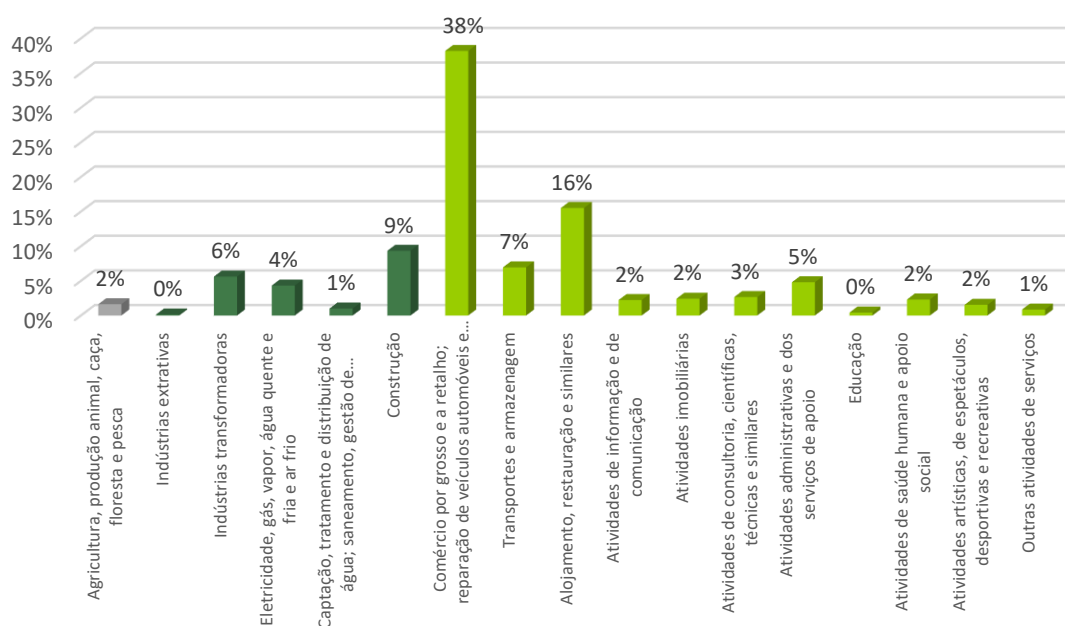


Figura 15 – Representatividade das atividades económicas, em função do volume de negócios na RAM, 2017

Setor da Construção

No que toca à conclusão de edifícios para habitação familiar, observa-se uma flutuação ao longo do período de 2009 e 2018 como se verifica na Figura 16. O ano 2009 foi aquele em que se registou o maior número de novas construções no concelho (32), e 2014 aquele em que se registou o menor (5). No período em análise foram construídos, em média, 14,8 novos edifícios de habitação familiar por ano.

Ao nível das ampliações, alterações e reconstruções, este subsector do mercado de construção não se mostrou muito dinâmico durante o período em análise. Nos anos de 2013 e de 2016 a 2018 não teve qualquer registo, sendo o ano de 2010 aquele em que regista o máximo de 3 ampliações, alterações e reconstruções.

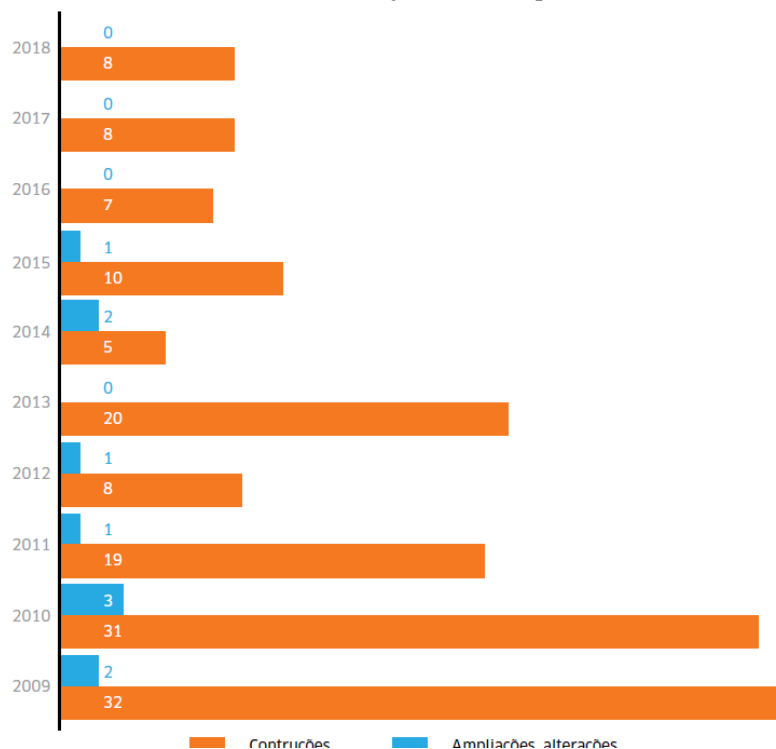


Figura 16 - Edifícios concluídos para habitação familiar 2009-2018 (Pordata, 2018)

Analisando a evolução do número de edifícios de habitação familiar entre 2009 e 2018, e em comparação com os concelhos limítrofes, Ribeira Brava é o segundo concelho que regista mais edifícios de habitação familiar clássica. No entanto, no período em análise (Figura 17) regista-se um aumento de 2,4% do número de habitações, menos 0,5 pontos percentuais face ao aumento de 2,9% no conjunto dos concelhos limítrofes.

Entre estes, Ribeira Brava é também o segundo concelho com mais população residente, registando 12 411 habitantes no final de 2018 (Pordata, 2018).

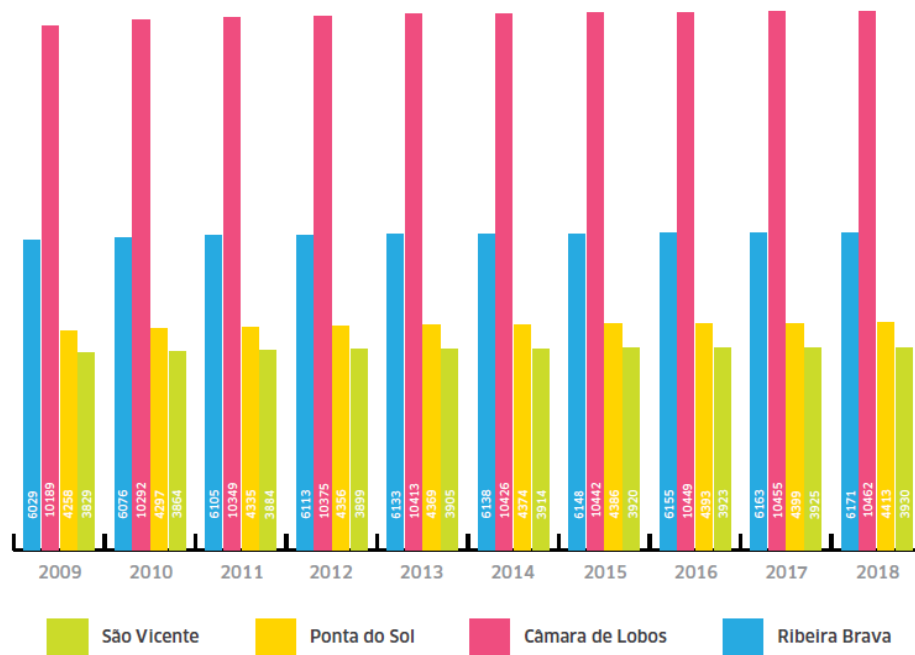


Figura 17 - Edifícios de habitação familiar clássica na Ribeira Brava e concelhos limítrofes

3. Gestão de Resíduos e Economia Circular na Ribeira Brava

A Região Autónoma da Madeira, pela sua condição insular, enfrenta condicionamentos relevantes no que respeita à gestão de RCD.

A gestão de resíduos nas regiões insulares é mais condicionada, impondo a necessidade de implementar estratégias e formas de reutilizar/reciclar/valorizar os RCD adaptadas às condicionantes existentes. Fatores como a diversidade de materiais, volume, quantidades e escassez de recursos acabam por ser aspetos determinantes em situações de insularidade. A falta de economia de escala e a consequente falta de meios, métodos e recursos, limita a implementação de políticas ao nível de gestão de RCD.

Não obstante, existem na Região e, particularmente, no Município da Ribeira Brava bons exemplos do que é a gestão/valorização de RCD, tanto no sector público, como no sector privado.

Na Ribeira Brava, a gestão de resíduos em baixa é da responsabilidade da empresa ARM, S.A. - Águas e Resíduos da Madeira (sistema multimunicipal a que aderiram os municípios de Câmara de Lobos, Machico, Porto Santo, Ribeira Brava e Santana).

A ARM é também a entidade a quem se encontra alocada a responsabilidade pela gestão de resíduos em alta na Região, em regime de exclusividade, incluindo as operações de valorização e eliminação de resíduos, nomeadamente transferência, triagem, valorização orgânica e energética, bem como outras formas de tratamento, e o envio ou deposição em destino final. O Sistema gestão em alta é composto por quatro instalações, uma das quais situada no concelho da Ribeira Brava (Estação de Transferência da Zona Oeste).



Figura 18 - Infraestruturas do sistema de gestão de resíduos em alta na RAM

No que concerne a operadores de gestão de resíduos licenciados na Região Autónoma da Madeira, expõe-se na tabela infra o número por tipologia de resíduos. Para a gestão de RCD, verifica-se que se encontram licenciados na Região 10 operadores.

Tabela 7 - Número de operadores licenciados na RAM para as diferentes categorias de resíduos

(Fonte: Estratégia para a Gestão de Resíduos na Região Autónoma da Madeira)

Operadores Licenciados	
Resíduos Diversos (9)	Óleos e Gorduras Alimentares (5)
Resíduos de Construção e Demolição (10)	Equipamento Elétrico e Eletrónico (5)
Resíduos Metálicos (9)	Consumíveis Informáticos (3)
Veículos em Fim de Vida (7)	Óleos Usados (2)
Pilhas e Acumuladores (7)	Resíduos Hospitalares (2)
Pneus Usados (6)	Resíduos de ETAR (1)

Note-se que nem todos os operadores de gestão de resíduos que gerem RCD se situam na proximidade do concelho da Ribeira Brava, nem gerem todas as tipologias de resíduos abarcados pela designação RCD (LER 17). Estes fatos limitam, por vezes a correta gestão dos RCD, e condicionam a sua valorização.

De acordo com a Estratégia para a Gestão de Resíduos na Região Autónoma da Madeira, os Resíduos de Construção e Demolição (RCD) resultam maioritariamente do setor da “construção, mas também de pequenas obras, daí que não seja surpreendente que tanto em 2017 como em 2018 mais de 93% destes resíduos tenham sido geridos através de operadores de gestão de resíduos privados”.

Tabela 8 - Resíduos de Construção e Demolição geridos na RAM

(Fonte: Estratégia para a Gestão de Resíduos na Região Autónoma da Madeira)

Resíduos	2017		2018	
	Âmbito da gestão		Âmbito da gestão	
	Sistema Urbano (t)	Operadores Privados (t)	Sistema Urbano (t)	Operadores Privados (t)
Betão, tijolos, ladrilhos, telhas e cerâmicas (LER 17 01 01, 17 01 03 e 17 01 07)	1 368,5	9 632,8	989,3	11 469,6
Cabos (LER 17 04 11)	0,0	63,2	0,0	38,6
Madeira (LER 17 02 01)	338,3	80,0	563,2	39,0
Metais (LER 17 04 01, 17 04 02, 17 04 04, 17 04 05, 17 04 06 e 17 04 07)	0,3	863,6	519,9	920,6
Misturas betuminosas (LER 17 03 02, 17 03 01)	0,0	0,0	0,0	3,9
Plástico (LER 17 02 03)	7,3	21,0	26,6	20,1
Resíduos com gesso (LER 17 08 02)	4,4	32,7	23,3	106,3
Solos e rochas (LER 17 05 04)	0,0	13 886,6	0,0	39 575,8
Vidro (LER 17 05 02)	0,0	2,5	0,3	10,4
Outros resíduos (mistura) (LER 17 09 04)	92,4	383,6	177,5	316,2
Resíduos com amianto (LER 17 06 04 e 17 06 05)	0,3	18,3	6,2	15,9
RAM	1 811,5	24 984,3	2 306,3	52 516,4

Os RCD apresentam constituição heterogénea, “composta por diversas frações que variam, por um lado em função do tipo de obra de construção civil e, por outro lado, pela técnica e materiais utilizados”.

Os dados disponíveis, indicam um aumento de mais de 100% nos resíduos produzidos em 2018 face ao total declarado ao longo do ano de 2017. Este aumento deve-se, de acordo com a referida Estratégia, ao crescimento das intervenções urbanísticas realizadas na RAM, mas também ao aumento da rastreabilidade dos resíduos produzidos, conseguido através da desmaterialização das guias de acompanhamento de resíduos. A Estratégia ressalva que, “não obstante tenham sido analisados os resíduos classificados com códigos LER atribuídos a RCD, importa ter em consideração que grande parte dos resíduos potencialmente perigosos geridos em paralelo com os resíduos de construção e demolição não constam desta lista, como é o caso de solventes, tintas, vernizes e resinas, pelo que será de esperar que o total de RCD seja superior às quantidades apresentadas”.

Embora não seja possível indicar qual a fração dos resíduos apresentados na Estratégia que tem origem no Concelho da Ribeira Brava, é importante salientar que neste o concelho existe uma empresa pioneira na gestão de RCD, a Panáribloco, que fomenta a integração de RCD no seu processo de produção, assumindo uma posição relevante em termos de circularidade, prestando um serviço inovador e sustentável, benéfico não só para o concelho, mas também para a RAM no seu global.

Tendo em conta o reduzido número de entidades que procedem à valorização de RCD, as existentes são meritórias de destaque pelo papel que desempenham em prol do desenvolvimento sustentável pela via da extensão do ciclo de vida dos materiais. Permitem o desenvolvimento de um trabalho endógeno na RAM, recorrendo a meios/recursos locais. Os benefícios são evidentes, no entanto abaixo do desejável, sendo ainda necessário estimular a sensibilização massiva dos municípios para a temática da gestão, valorização e extensão do ciclo de vida dos RCD que passam assim de um resíduo a um recurso por via da implementação de métodos circulares.

Em face ao exposto na caracterização do município, identificam-se como **principais problemas/condicionantes e desafios** à promoção da circularidade e da sustentabilidade no setor da construção e do urbanismo na Ribeira Brava:

- A falta de economia de escala e a consequente falta de meios, métodos e recursos, limita a implementação de políticas ao nível de gestão de RCD.
- Nem todos os operadores de gestão de resíduos que gerem RCD se situam na proximidade do concelho da Ribeira Brava, nem gerem todas as tipologias de resíduos abarcados pela designação RCD (LER 17). Estes fatos limitam, por vezes, a correta gestão dos RCD, e condicionam a sua valorização.

- A falta de soluções para a valorização/gestão de resíduos na proximidade das zonas residenciais, resulta, com alguma frequência, no seu depósito ilegal, em terrenos baldios e nas bermas de estradas periféricas. Esta situação assume particular relevância no concelho da Ribeira Brava, dado que grande parte do seu território se encontra integrado no Parque Natural da Madeira, cuja preservação é de extrema importância.
- Os cidadãos possuem um conhecimento limitado acerca da gestão de RCD e da importância da promoção da sua circularidade.
- Os técnicos, projetistas, empreiteiros e demais entidades envolvidas na produção de RCD e no processo de construção possuem um conhecimento limitado sobre as técnicas para reutilização / projeção para a desconstrução.
- As novas exigências legais de eficiência e conforto energético dos edifícios não enquadram as questões da reutilização empregues na construção, dificultando a sua valorização, como por exemplo os materiais necessários e suficiente para dar cumprimento ao DL 101-D/2020, com o objetivo de assegurar e promover a melhoria do respetivo desempenho energético através do estabelecimento de requisitos aplicáveis à sua modernização e renovação.
- Verifica-se a falta de massa investidora para desenvolvimento de novos projetos que proporcionem a valorização dos RCD na RAM.
- A insularidade no sector da construção é um fator que determina a pouca adesão a modelos de produção assentes em princípios circulares, atendendo ao facto de só existirem 2 empresas na Região que integram RCD no processo produtivo, não obstante existirem outras entidades que recebem as mesmas tipologias de resíduos, mas que as encaminham para aterro.

4. Visão Estratégica

O Município da Ribeira Brava **pretende reforçar a sua ação no que respeita ao fomento de boas práticas ambientais de reciclagem e de reutilização de RCD**, através da consciencialização do valor económico dos RCD e do impacto ambiental positivo que resulta da promoção da sua circularidade. Desta forma, pretende estimular as empresas e os particulares para a economia circular, prevendo, para isso, estabelecer protocolos de cooperação e de publicitação, visando a promoção de um modelo de Construção Circular, entre várias entidades públicas e privadas.

A Autarquia pretende, através de uma política estratégica local direcionada, combater o passivo ambiental resultante dos despejos ilegais em áreas públicas, como as áreas florestais e outros espaços verdes. A deposição de RCD em locais não licenciados para o efeito acarreta desvantagens para o meio ambiente, como contaminação dos solos e da água, para a paisagem, mas também pode ter efeitos negativos sobre a fauna, a flora e a saúde humana. Note-se que 76% da área do Município da Ribeira Brava integra o Parque Natural da RAM, que também está classificada como Reserva Ecológica Nacional (REN).

A existência de entidades licenciadas para gestão de resíduos e o recurso das empresas/cidadãos a estas operadores é uma condição determinante para evitar a poluição, e assim contribuir para a manutenção de um equilíbrio ambiental que previna a degradação dos ecossistemas e da biodiversidade das nossas áreas protegidas que possuem um elevado valor conservacionista. É fulcral assegurar que todos os atores da sociedade se encontram informados sobre a sua responsabilidade na promoção da circularidade/correta gestão dos RCD, designadamente no que concerne ao dever de contratação de operadores de gestão de resíduos devidamente licenciados para a gestão da tipologia de RCD em questão e do encaminhamento, quando possível, dos RCD para empresas regionais que os utilizam no processo produtivo.

O Município quer também assumir-se como catalisador no processo de transição para uma economia circular de baixo carbono, com o envolvimento de todos os atores relevantes, em particular os produtores, os operadores e as indústrias transformadoras, sem descurar a sensibilização geral da população neste domínio.

Face ao exposto, entende-se que a promoção da economia circular e a dinamização de boas práticas ambientais pressupõe a integração e conjugação de diversas variáveis, em detrimento de uma abordagem linear, exclusivamente assente na sensibilização e/ou legislação. Identificam-se desde logo algumas condicionantes que importa considerar de forma integrada e interdisciplinar nas diferentes vertentes de atuação:

- **Desburocratização** – Simplificação de procedimentos que promovam a adoção de métodos e comportamentos sustentáveis.
- **Promoção** – Promover a construção circular e sustentável na fase de projeto, e atender às condicionantes do terreno.
- **Prevenção** - Sensibilizar o projetista para, em fase de projeto, antecipar possíveis modificações com vista a uma reutilização ou ampliação e pensar a longo prazo. Deve também ponderar uma boa acessibilidade a reparações, manutenção ou remoção de elementos.
- **Capacitação** - capacitar o setor da construção na temática da circularidade, mas também nas metodologias de construção, designadamente através de:
 - Favorecimento do uso de elementos pré-fabricados (de preferência normalizados) e/ou desmontáveis e, ainda, evitar a interpenetração de materiais e elementos, adotar juntas secas, e também usar componentes e materiais duráveis, ecológicos e recicláveis. Deve ser levada a cabo a reciclagem de desperdícios e outros poluentes de obra.
 - Transformação dos edifícios em bancos de materiais e, como tal, os materiais deixam de ser resíduos (futuros) e transformam-se em matérias com um valor quantificável nos seus próximos ciclos de vida. Isto significa que os materiais passam a ser um investimento, um ativo colocado temporariamente num local, e, uma vez cumprida a sua função, seguem para a sua utilização seguinte; e assim sucessivamente.
- Promoção da economia circular na contratação pública.
- Estimular o processo de transição para a economia circular promovendo o mercado à iniciativa privada (Capacitação e sensibilização), considerando-se relevante:
 - Organizar uma estrutura articulada para receber, reunir e organizar doações de restos de construção e materiais resultantes da construção e da desconstrução para integrarem reabilitações e construções novas.

- Implementar repositório de Materiais para a salvaguarda e valorização de materiais e componentes sobrantes da construção ou provenientes de obras de demolição/reabilitação com potencial de reutilização. Criação de novos locais para o depósito de materiais, mediante uma **Rede do Repositório de Materiais**, da qual podem fazer parte municípios, empresas de construção/demolição, técnicos do setor, entre outros.
- O uso de materiais reciclados resultantes da construção e da desconstrução, deve ser objeto de verificação da conformidade legal.
- Valoração económica dos RCD, através da criação da evidência de uma relação custo eficácia positivo, pela poupança na reutilização por um lado, e por outro pela sustentabilidade associada aos produtos circulares.

5. Medidas e Linhas de Ação

No âmbito das competências e capacidades do Município da Ribeira Brava, identificam-se um conjunto de medidas e linhas de ação a dinamizar:

Levantamento dos passivos ambientais do concelho

- a) Mapeamento dos depósitos de RCD a monte;
- b) Mapeamento das atividades ilegais associadas a depósitos de RCD;
- c) Mapeamento das obras públicas e privadas em curso e previstas;
- d) Inventariação de RCD e análise de soluções adequadas.

Assegurar a proximidade territorial para diminuição de descargas ilegais de RCD

Através da Criação de Ecocentro de RCD, municipal, para depósito exclusivamente de RCD produzidos no decurso de obras de escassa relevância urbanística/ obras conservação, em local próprio ou no âmbito de parceria com operadores de RCD, pretende-se assegurar a proximidade territorial, e, deste modo, reduzir o número de descargas ilegais de RCD.

Melhoria do sistema de Governança

- a) No âmbito do regulamento municipal de taxas, introduzir um incentivo ou a redução de taxas em função do grau de reciclagem/reintegração dos RCD em obra;
- b) No âmbito do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), impor na emissão de alvará de autorização de utilização ou obras de urbanização o cumprimento do artigo 54º - “Gestão de resíduos de construção e demolição em obras particulares” do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro;
- c) Criação de sinergias interconcelhias para soluções circulares, com operadores privados ou públicos;
- d) Inventariar e dinamizar a criação de “bancos de materiais”. Organizar uma estrutura articulada no poder público/privado para receber, reunir e organizar doações de restos de materiais de construção e RCD para integrem reabilitações e construções novas.

Sensibilização

- a) Sensibilizar os técnicos municipais, projetistas, empreiteiros e comunidade geral para a reutilização dos RCD;
- b) Sensibilizar os promotores e projetistas para, em fase de projeto, antecipar possíveis modificações com vista a uma reutilização ou ampliação e para o modelo de pensamento de “longo prazo”. Deve também ponderar uma boa acessibilidade a reparações, manutenção ou remoção de elementos.
- c) Divulgar os operadores de RCD;
- d) Divulgar bons exemplos de reutilização de RCD e de desconstrução de edifícios.

Capacitação

- a) Capacitar os munícipes sobre a correta gestão dos RCD e soluções circulares no concelho, nomeadamente sobre a existência do ecocentro RCD, empresas com capacidade de reincorporação de RCD (ex: Panaribloco) e operadores de gestão de resíduos efetivamente licenciados para a gestão dos RCD;
- b) Produção de guia orientador para o munícipe e pequenos empreiteiros sobre “Medidas circulares em pequenas obras particulares”
- c) Mapeamento das obras públicas e privadas em curso e previstas;

Os princípios e linhas de ação acima referidas coporizam-se através de ações concretas, descritas nas Fichas de Ação (Anexo I), que incluem uma breve descrição da ação, as atividades correspondentes, responsabilidades, resultados esperados, impacto e riscos, entre outros elementos.

6. Conclusões

O presente Plano, contribuiu para a concertação de uma Visão, Missão e Valores associados à Sustentabilidade no Urbanismo e Construção para a Ribeira Brava. Explicita os objetivos da política municipal em matéria da Sustentabilidade no Urbanismo e Construção com vista à gestão mais sustentável e circular dos RCD. O PLAI incorpora os resultados de uma reflexão participada sobre a estratégia a prosseguir no domínio dos RCD, em linha com os principais problemas e opções de desenvolvimento, favorecendo a valorização dos recursos existentes, no sentido de um desenvolvimento consistente e sustentável, num território com uma grande dispersão populacional, com uma geografia que dificulta a mobilidade e onde o contexto e condicionantes inerentes à insularidade dificultam a implementação de soluções circulares.

Através da sua participação na rede R2CS, o município da Ribeira Brava pretende induzir nos principais atores locais uma maior consciencialização e sensibilização para os benefícios ambientais e económicos que decorrem da reutilização de RCD em novas construções e em reabilitações.

Pretende-se ainda inserir o conceito de sustentabilidade no sector da construção através da conceção de projetos e utilização de recursos mais sustentável, criando incentivos regulamentares, infraestruturas e plataformas digitais que permitam construir de forma mais circular, mais sustentável e com menor impacte, envolvendo o setor publico e privado.

Um outro aspeto importante para o município é contribuir para uma maior valorização dos recursos disponíveis, introduzindo na contratação pública conceitos associados à reutilização e circularidade.

Identificam-se como principais elementos dissonantes no âmbito da gestão de RCD/promoção da circularidade e sustentabilidade no setor da construção e do urbanismo na Ribeira Brava:

- A falta de economia de escala e a consequente falta de meios, métodos e recursos, limita a implementação de políticas ao nível de gestão de RCD.
- Nem todos os operadores de gestão de resíduos que gerem RCD se situam na proximidade do concelho da Ribeira Brava, nem gerem todas as tipologias de resíduos abarcados pela designação RCD (LER 17). Estes fatos limitam, por vezes, a correta gestão dos RCD, e condicionam a sua valorização.
- A falta de soluções para a valorização/gestão de resíduos na proximidade das zonas residenciais, resulta no seu depósito ilegal, em terrenos baldios e nas bermas de estradas periféricas.
- A fraca sensibilização e conhecimento geral por parte dos cidadãos acerca da gestão de RCD e da importância da promoção da sua circularidade.
- Os técnicos, projetistas, empreiteiros e demais entidades envolvidas na produção de RCD e no processo de construção possuem ainda um conhecimento limitado sobre as técnicas para reutilização / projeção para a desconstrução.

Foram identificadas como áreas prioritárias de ação:

- Levantamento dos passivos ambientais do concelho

- Assegurar a proximidade territorial para diminuição de descargas ilegais de RCD
- Melhoria do sistema de Governança
- Sensibilização
- Capacitação

Face às áreas prioritárias de ação identificadas, foram seleccionadas ações que se constituem como contributos para os objetivos traçados em matéria de gestão e valorização de RCD, com múltiplos benefícios do ponto de vista ambiental e económico. Identificam-se como possíveis entraves à promoção da circularidade e sustentabilidade no setor da construção a falta de economia de escala para a implementação de novas soluções circulares e a existência de recursos económicos limitados para investimento/apoio de soluções circulares.

Anexo I – Fichas de Ação

Apresentam-se, de seguida, as ações preconizadas com vista à promoção da economia circular e da sustentabilidade no sector da construção e do urbanismo.

Medida:

Levantamento dos passivos ambientais do concelho

Coordenador: DRAAC e CMRB

Mapeamento e inventariação dos RCD geridos de forma ilegal, por depósito em local indevido, por gestão de atividade ilegal e por obras em curso/previstas.

Plano/Estratégia:

Estratégia Resíduos Madeira
Agenda Madeira Circular

Financiamento e Recursos:

PO Madeira 2021-2027

Parceria com operadores de gestão de resíduos, com a empresa ARM, S. A. – Águas e Resíduos da Madeira, e com a Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas

Prazo: 1 ano

ATIVIDADES

ATIVIDADE	Datas	RESULTADOS esperados	IMPACTO esperado	Riscos Potenciais OBSTÁCULOS
Mapeamento dos depósitos de RCD a monte	1 ano	▪ Identificação de passivos ambientais; ▪ Identificação de ilegalidades.	▪ Resolução de passivos ambientais.	▪ Elevado número de situações problemáticas para gerir/falta de recursos para efetuar a gestão.
Mapeamento das atividades ilegais associadas a depósitos de RCD				
Mapeamento das obras públicas e privadas em curso e previstas	Permanente	▪ Maior e melhor acompanhamento das obras a decorrer e da respetiva gestão de RCD.	▪ Redução das situações de despejo ilegal de resíduos; ▪ Redução dos impactes ambientais negativos associados à incorreta gestão de RCD; ▪ Requalificação do território; ▪ Melhoria da imagem do concelho.	
Inventariação de RCD e análise de solução adequada	Permanente	▪ Melhor compreensão da produção e da gestão de RCD no concelho.	▪ Identificação de novas oportunidades para a criação de sinergias.	

Nome da ação:

Promoção da correta gestão e da valorização dos RCD por meio da Governança

Coordenador: CMRB

Breve Descrição

Por meio da governança, implementar medidas suscetíveis de incentivar a correta gestão/valorização dos RCD através da respetiva integração em obra.

Plano/Estratégia:

Estratégia Resíduos Madeira
Regulamento Municipal

Financiamento e Recursos: POACS

Prazo: 1 ano

ATIVIDADES				
ATIVIDADE	Datas	RESULTADOS esperados	IMPACTO esperado	Riscos Potenciais OBSTÁCULOS
Reformulação do Regulamento Municipal de Taxas, criando um incentivo ou redução de taxas em função do grau de reciclagem/reintegração dos RCD em obra.	1 ano	▪ Aumento da integração de RCD em obra; ▪ Redução da quantidade de RCD encaminhados para vazadouro/aterro; ▪ Redução do depósito ilegal; ▪ Aumento da taxa de valorização dos RCD.	▪ Redução das situações de incumprimento/ do número de infrações; ▪ Redução de impactes associados a deposição ilegal de resíduos; ▪ Incentivo à economia circular.	▪ Perda de receita
Reformulação do RMUE - Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação impondo na emissão de alvará de autorização de utilização ou obras de urbanização o cumprimento do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua atual redação, sobre a “Gestão de resíduos de construção e demolição em obras particulares”	1 ano	▪ Redução da quantidade de RCD encaminhados para vazadouro/aterro; ▪ Aumento da taxa de valorização dos RCD.	▪ Redução das situações de incumprimento/ do número de infrações; ▪ Redução de impactes ambientais associados à incorreta gestão de resíduos; ▪ Aumento do cumprimento da legislação.	
Criação de sinergias interconcelhias para soluções circulares, com operadores privados ou públicos.	1 ano	▪ Incentivo à criação de novos modelos de negócio no domínio da economia circular.	▪ Novos modelos de negócio e oportunidades de emprego associadas à valorização de RCD.	▪ Falta de interesse dos operadores de gestão de resíduos.

Inventariar e dinamizar a criação de “bancos de materiais”. Organizar uma estrutura articulada no poder público/privado para receber, reunir e organizar doações de restos de materiais de construção e RCD para integrarem reabilitações e construções novas.		▪ Dinamização “real” da economia circular.	▪ Redução da quantidade de RCD encaminhados para aterro; ▪ Redução das situações de depósito ilegal; ▪ Aumento da taxa de reutilização de RCD; ▪ Promoção da economia circular no seio da sociedade.	▪ Falta de recursos para implementar o banco de materiais; ▪ Falta de cooperação dos vários atores da sociedade.
--	--	--	---	---

Medida: Criação de Ecocentro de RCD

Estrutura camarária, para depósito exclusivamente de RCD produzidos no decurso de obras de escassa relevância urbanística/ obras conservação.

Coordenador: CMRB

Plano/Estratégia: Estratégia Municipal para a Gestão de RCD na Ribeira Brava

Financiamento e Recursos: Recursos próprios (CMRB) / parceria com empresas do setor da gestão de resíduos

Prazo:

ATIVIDADES

ATIVIDADE	Datas	RESULTADOS esperados	IMPACTO esperado	Riscos Potenciais OBSTÁCULOS
Estudo base para qualificação do local		▪ Estabelecimento de um local próximo da generalidade da população para a deposição de RCD.	▪ Redução das situações de incumprimento/ do número de infrações; ▪ Redução de impactes ambientais associados à incorreta gestão de resíduos; ▪ Aumento do cumprimento da legislação.	▪ Falta de locais próximos da população qualificáveis para a implantação da infraestrutura.
Verificação de requisitos de projeto e licenças necessárias				
Análise de parcerias com OGR				▪ Falta de interesse dos operadores de gestão de resíduos em estabelecer parcerias.

Medida: Sensibilização e Capacitação para a Gestão e Valorização de RCD

Dinamização de ações de sensibilização e capacitação para a gestão e valorização de RCD dirigidas aos diversos atores da sociedade, desde os municípios até aos intervenientes diretos no setor da construção e do urbanismo (técnicos municipais, projetistas, empreiteiros, etc.)

Coordenador: CMRB

Plano/Estratégia:
Estratégia Resíduos Madeira
Agenda Madeira Circular

Financiamento e Recursos:
Fundo Ambiental

Prazo: 3 anos

ATIVIDADES

ATIVIDADE	Datas	RESULTADOS esperados	IMPACTO esperado	Riscos Potenciais OBSTÁCULOS
Ações de sensibilização ambiental no domínio da gestão e valorização de RCD dirigidas a técnicos municipais, projetistas, empreiteiros, mas também à comunidade geral. O grau de complexidade da ação de sensibilização deve ser adequado ao público-alvo.	3 anos	▪ Aumento da sensibilidade e da adoção de melhores práticas na gestão e valorização de RCD; ▪ Dinamização dos negócios circulares.	▪ Redução do número de situações de incumprimento; ▪ Maior taxa de valorização de RCD; ▪ Melhoria da imagem da Ribeira Brava.	▪ Falta de recursos para a dinamização das atividades; ▪ Dificuldade em captar o interesse dos atores da sociedade para a temática.
Divulgação de bons exemplos de reutilização de RCD e de desconstrução de edifícios, designadamente através das plataformas digitais da CMRB.				
Produção de guia orientador ao munícipe sobre “Medidas circulares em pequenas obras particulares”.				
Divulgação dos operadores de gestão de resíduos licenciados para a gestão de RCD, designadamente aquando da tomada de conhecimento pela CMRB da realização de uma obra.	Permanente	▪ Conhecimento dos operadores e infraestruturas existentes para a correta gestão e valorização dos RCD.	▪ Redução do número de situações de incumprimento; ▪ Maior taxa de valorização de RCD.	▪ Dificuldade em captar o interesse dos atores da sociedade para a temática.